

PORTUGAL

"No SIS havia encomendas políticas"

27.01.2020 20:36 por [António José Vilela](#)

Ex-espião revela à SÁBADO alguns segredos da espionagem portuguesa, apontando várias ilegalidades. Carvalhão Gil já foi condenado a sete anos de prisão.



Foto: 1/3



Frederico Manuel Carvalhão Gil tem 60 anos, é natural da aldeia de Souto (Covilhã) e foi recrutado em 1987 para o [Serviço de Informações de Segurança](#) (SIS). Caiu em desgraça, foi condenado na justiça e expulso depois de um longo processo disciplinar. Vai recorrer para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Esta é a primeira parte de uma grande entrevista com o ex-espião.

Depois de ter sido acusado de espionagem, corrupção passiva e violação de segredo de Estado, e condenado a sete anos e quatro meses de prisão pelos dois primeiros crimes pelos tribunais portugueses, o Frederico Carvalhão Gil continua a declarar-se inocente?

Absolutamente. Uma pessoa só é culpada quando comete algum crime. Como eu não cometi, sou inocente, porque a validade de uma decisão judicial tem de ter na base uma

realidade concreta dentro de um quadro jurídico e não pode, de alguma forma, ser o resultado de fantasias que não estão provadas em sítio algum do meu processo. O sistema jurídico português provou que é um aparelho que não funciona, que não tem sistema de controlo. Se um grupo de três juízes age ilegalmente e funciona fora da lei...

Mas porque é que diz que o julgamento funcionou fora da lei?

Porque fui julgado à porta fechada e não se permitiu que se visse em tribunal o documento que é a base da minha condenação - um papel que tem três ou quatro nomes, tendo dois deles sido foram considerados segredo de Estado. Um é o do dr. Gil Vicente, diretor adjunto do SIS, o outro o do dr. Daniel Sanches, antigo diretor do SIS [1994/97]. Este último, basta ir à Internet, à Infopédia, e vem lá o percurso profissional e político dele. E o dr. Gil Vicente está farto de aparecer em todo o lado, até em notícias sobre um cavalo premiado num concurso qualquer que vinha na Net. Há também muitas notícias antigas que diziam que um ex-ministro e a ex-mulher o iam colocar num banco a trabalhar, além de que foi identificado em sites de uma faculdade [ISCSP] quando esteve para lá dar aulas, enfim.

Os julgamentos à porta fechada estão previstos na lei portuguesa.

O julgamento tinha de ser feito à porta aberta, porque não podem ser utilizadas provas que sejam segredo de [Estado](#). Ou são e não podem ser utilizadas num julgamento ou não são. É assim que a lei do segredo de Estado estipula. As normas não podem ser interpretadas para favorecer a acusação. O processo tem de ter garantias de defesa e uma delas é o processo ser público. Obviamente que, neste caso, a porta fechada serviu para fazerem o que queriam.

Está a dizer que já entrou condenado no tribunal?

Claramente. O julgamento à porta fechada foi para poderem manipular e manobrar à vontade. Para poderem fazer o que lhes tinha sido encomendado.

É uma acusação forte. Em que atos concretos é que isso se traduziu no julgamento?

Já lhe disse. É inequívoco que a lei do segredo de Estado não permite manter em segredo a matéria incriminatória e isso foi feito. Não foi analisado o tal documento. Houve uma testemunha, que foi também perito nomeado no processo (depois deixou de ser), o dr. Gil Vicente, que falou do documento no tribunal e chegou a dizer que ali não havia qualquer segredo. O secretário-geral do SIRP [Sistema de Informações da República Portuguesa], o procurador Júlio Pereira, que fez a queixa inicial ao Ministério Público (MP), diz também que os nomes que lá estão não são segredo de Estado.

Vamos lá concretizar: está a falar do documento manuscrito que a polícia italiana lhe apreendeu no encontro com um espião russo em Roma. Mas nesse papel está o nome de algum espião que ande no terreno ou apenas a referência ao antigo diretor do SIS, Daniel Sanches, e ao diretor adjunto do SIS, Gil Vicente? Não está também lá o nome da mulher de Gil Vicente, Helena Rego, que se apresenta em eventos públicos e em faculdades como quadro do SIS?

Está lá uma referência a dizer que ela é casada com Gil Vicente, está.

Mas o nome dela não foi considerado também segredo de Estado para o tribunal?

Até nesse ponto a decisão do tribunal é estranha, porque diz que o nome dela não é segredo de Estado. Mas o do diretor adjunto do SIS já é, dizem, mesmo que o próprio tenha reconhecido em tribunal que esteve numa conferência de imprensa quando o Papa veio a Portugal. Um critério abstruso. A base da condenação é isso. E uma história construída.

Reitero que foi acusado e condenado por vender segredos a um agente russo por 10 mil euros. Documentos que para o coletivo de juízes - mesmo dizendo que não viram esses papéis por serem segredo de Estado - tinham informação privilegiada sobre uma série de nomes sigilosos de pessoas que porventura interessavam à espionagem russa. É isso que está no processo que li de fio a pavio.

[Risos] Como é que se podem vender nomes que são públicos? Como é que se podem vender informações sobre pessoas que são públicas? Eventualmente, até algumas dessas pessoas que estavam lá mencionadas já tiveram reuniões oficiais com os serviços secretos russos - em termos de representação - porque há relações institucionais há já bastante tempo. Só se fossem segredos de polichinelo, porque toda a gente sabe o que estava naquele papel manuscrito por mim, e que já foi divulgado pela SÁBADO e pela generalidade da imprensa portuguesa. Gostaria ainda de sublinhar que não conheço nenhum serviço no mundo - e os russos não são um serviço qualquer - que vá investir em fontes humanas para obterem informações que estão na Internet ou na imprensa.

Mas veja: você acusou o juiz Carlos Alexandre de não ter sido imparcial na instrução, a PJ e agentes do SIS de mentirem em várias circunstâncias, o coletivo de juízes de primeira instância de o terem impedido de se defender, então, esteve tudo contra si e tratou-se de uma gigantesca conspiração?

Eu próprio, se não tivesse vivido tudo isto, pensaria assim e diria: este gajo está paranoico! Mas eu não posso deixar de pensar que há algo de muito estranho, porque não há matéria no processo que sustente a acusação e condenação que tive.

Continua a dizer-se inocente, mas quase toda a gente parece convencida de que não é assim.

Obviamente, eu não tenho força, capacidade ou meios para poder contrariar uma campanha publicitária que antecedeu o meu julgamento [na primeira instância, entre novembro de 2017 e fevereiro de 2018, decisão depois confirmada na Relação de Lisboa] - com as notícias que foram saindo, bem como a forma como saíram com a utilização de agentes de influência que foram utilizados - eu não consigo contrariar isso.

Está a falar até de comentadores? Durante este caso, o jornalista José Milhazes falou publicamente no seu caso. Num requerimento que o Carvalho Gil fez ao parlamento, para protestar pelo facto de o conteúdo do relatório de segurança interna mencionar o seu caso antes de o processo transitar em julgado, deu a entender que Milhazes teria algum tipo de ligação aos serviços secretos portugueses. O que é que queria dizer?

[Risos] Ele tem relações de proximidade familiar com o SIS. Agora, vai-me permitir que

não diga se é filho, filha, genro, enteado, o que seja. Salvo erro, acho que ele também é da mesma terra que o diretor-geral [risos].

Isso de serem da mesma terra, dá a entender que está a falar de cunhas, das mais recentes ou das antigas. Eu já escrevi sobre isso, mas como o Carvalhão Gil esteve desde 1987 no SIS pergunto-lhe: há cunhas ou não para entrar nos serviços secretos portugueses?

Sempre houve cunhas nos Serviços [risos]. As pessoas eram recrutadas em função de necessidades e também de alguém que desse boas referências sobre essas pessoas. Claro que tinham de passar nos testes para entrarem. Mas havia gente com referências de políticos, gente com referências de diretores ou ex-diretores, com referências de oficiais militares.

Quando se repara nos apelidos de muitos espões do SIS e do SIED ao longo dos anos é impossível não encontrar ligações familiares a políticos, magistrados, ex-espões. Há filhos, irmãos, afilhados, primos e por aí adiante.

[Risos] Sempre foi assim [risos]. Oiça, quando contrataram o primeiro psicólogo e diretor de recursos humanos do SIS, ele contou-me que um determinado diretor-geral lhe entregou um currículo e lhe disse algo do género: "Este é para entrar." Depois, mais tarde, até as entrevistas deixaram de ser feitas pelo psicólogo e passaram a ser realizadas pela direção. Com as cunhas, os futuros técnicos de informações também perdem independência, perdem capacidade de autonomia para um dia dizerem não.

Mas no SIS pode-se recusar participar em operações ilegais. Há maneira de dizer não, se quiserem continuar a trabalhar no SIS?

[Pausa] Teoricamente, sim. Obviamente que, na prática, isso não acontece porque terá sempre consequências. Assisti a várias histórias de técnicos mais independentes que no SIS foram alvo de represálias.

Vários elementos dos serviços secretos portugueses dizem-me que o Carvalhão Gil saberá muita coisa do que se passou no SIS desde a fundação. Refiro-me não só a cunhas, mas às tais práticas ilegais. Neste âmbito, o SIS tem razões para ter medo de si?

[Pausa] Cada um tem o medo que quer, mas claro que ao fim deste tempo todo eu sei a verdadeira história do Serviço. É natural, eu conheci muita gente, passei por muitas funções ou situações quer na pesquisa quer na análise e...

Mas assistiu a práticas ilegais dos espões à luz da lei portuguesa?

Sim. Vamos ser francos. Logo na formação - o meu curso foi o segundo dos quatro iniciais do SIS com estruturas idênticas -, eram anunciados uns principiozinhos para arrumar a consciência. Com ironia, dizia-se que um oficial de ligações nunca atravessa a linha da ilegalidade, mas que podia estender o braço. Evidentemente, que às vezes o braço é o corpo todo e fazendo uso de determinados recursos técnicos que o Serviço não pode ainda hoje utilizar.

Está a falar de escutas ambientais, acesso a faturas detalhadas de telefones de alvos, de extratos bancários...

Em certo sentido, sim. Porquê a grande preocupação da aprovação legal do acesso aos metadados? [Lei aprovada em 2018 e chumbada pelo Tribunal Constitucional.] Ao fim e ao cabo, foi também para tentar legalizar as práticas.

É uma prática ilegal e antiga no SIS?

Podemos dizer que sim.

Então, se isso é assim tão generalizado e antigo nos serviços secretos, nunca as comissões de fiscalização das secretas viram isso? Parece-me, no mínimo, estranho.

Quando se fala da Comissão de Fiscalização dos Serviços de Informações, aquela que está instalada no parlamento, não sei se à esquerda ou à direita da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, lembro-me sempre de um artigo de opinião publicado há uns anos num jornal diário em que se dizia que a comissão era o ombro amigo [opinião do ex-espião do SIED, Pedro Esteves, publicada no Público]. Tanto quanto eu sei - e acho que sei - não havia ação de fiscalização ou visita aos Serviços que fosse inopinada, que não fosse previamente avisada.

Além de ser um ombro amigo, a Comissão também pode ser uma espécie de ombro enganado porque os serviços secretos conseguem esconder-lhe ações ilegais?

A Comissão é enganada porque se deixa enganar já que vê os papéis tal como lhos mostram e não vai ver se houve depuração de processos, se foram retirados apontamentos que lá estavam, umas vezes à margem, outras vezes de outra maneira, e que nunca poderiam passar pela comissão, pois são práticas que não estão dentro do quadro legal português.

No julgamento, quando deu exemplos que uma coisa era o que dizem as leis e outra a prática nos Serviços, o Carvalhão Gil chegou a referir aos juízes que o SIS tinha até uma espécie de sistema informático paralelo. Chamou-lhe o Servidor S.

Sim, o Servidor S. Não sei se é um sistema informático separado, mas é um servidor que...

É onde está o verdadeiro SIS?

Sim, em certo sentido, é o verdadeiro SIS. Ali havia fichas de pessoas, assuntos e atividades que obviamente estavam fora do controlo exterior.

Qual foi o seu objetivo ao falar disso no julgamento?

Tentei mostrar aos juízes que o dever ser não é o ser, mas eles fecharam sempre os ouvidos e não quiseram sair do preconceito que tinham já construído sobre o meu caso. Não fizeram nada quando tentei mostrar que as coisas não eram assim tão lineares, que aquelas pessoas dos Serviços que estavam ali a depor faziam-no num sentido que não era exatamente verdade. Falei do Servidor S para mostrar que no SIS havia até uma maneira de escapar ao controlo dos magistrados que fazem parte da Comissão de Fiscalização de Dados [do SIRP]. E isso é real: o SIS conseguiu criar uma solução informática para se subtrair ao controlo do MP.

Mas o Carvalhão Gil viu isso, usou esse sistema?

Claro.

Antes, esse sistema paralelo não teve outro nome? Não se chamava Servidor H?

Sim.

Então, esse sistema usado alegadamente de forma ilegal já tem muitos anos?

Mesmo muitos. É uma espécie de estrutura técnica clandestina. É o verdadeiro SIS, fora de controlo.

Só o SIS saberá o que está lá dentro armazenado?

A informação está dividida por setores e toda a gente no Serviço, talvez com exceção da Pesquisa, sabe que aquilo existe. Se calhar, como falei disso no processo, se calhar já desapareceu e inventaram outra coisa [risos].

Este servidor pode ter informações ilegais sobre pessoas?

Pode, claro. É assim, quando lá ia a comissão de fiscalização do parlamento, sempre com pré-aviso e às vezes até para almoçar com a direção, recebíamos instruções para que nos dossiês tal e tal fossem eliminados todos os elementos, apontamentos, dados e post-its com informações que não fossem legais. Aliás, o Jorge Silva Carvalho [ex-diretor do SIED e ex-chefe de gabinete do secretário-geral do SIRP] disse a verdade no julgamento quando falou das práticas nos Serviços, e até com mais conhecimento de causa do que eu. Mas ficou tudo na mesma.

Está a falar do acesso a faturas telefónicas detalhadas?

Sim, e de outras coisas como os segredos das contas bancárias. Isso sempre aconteceu.

E quem deu as ordens para recolher esses dados de forma ilegal?

Tudo era feito com autorização superior. Da direção e, em alguns casos, com ordens do secretário-geral [antes da atual secretária-geral do SIRP, Graça Mira Gomes, empossada em 2017, foi o procurador Júlio Pereira que esteve no cargo durante mais de 10 anos - o magistrado está colocado no Supremo Tribunal de Justiça].

Aquilo que o Jorge Silva Carvalho também disse, ou deu a entender, foi que Júlio Pereira sabia de procedimentos ilegais como a obtenção da faturação telefónica do jornalista Nuno Simas.

O Jorge Carvalho tem um ar um bocado acriançado, mas foi um indivíduo que fez a carreira muito ligado a membros da direção. Nesses casos, ele deixaria de contar ou de pedir o agrément às pessoas com quem contactou tão proximamente?! E que eram os seus superiores hierárquicos. Eles sempre souberam de tudo, daquilo do jornalista e de muito mais.

Mas pela direção do SIS já passaram ao longo dos anos até vários juizes, inclusive alguns que estão hoje a exercer funções em tribunais superiores e até no Tribunal Constitucional. Ninguém viu nada ou soube de nada?

Ninguém nos serviços secretos atua, em certos assuntos, de forma contínua fora da legalidade sem autorização da cadeia hierárquica, ninguém. E conforme a complexidade

dos assuntos, conforme o desvio da legalidade, sobe a autorização que é necessária para fazer isso. Eu, como coordenador, de certeza absoluta que não ia abrir correspondência privada de alguém se não tivesse autorização do dirigente máximo.

Ou se tivesse de aceder a dados bancários?

Sim, também. É preciso autorização superior até para solicitar esses dados a fontes dos serviços [que estão no sistema bancário e no financeiro]. A grande questão é que a colocação de juízes nos serviços secretos foi uma ação deliberada, uma operação política de charme para a magistratura e para o exterior. Assim, juízes e procuradores deixaram de conseguir ver certas coisas, digamos assim. Já para o exterior, o comum das pessoas quando vê juízes ou procuradores à frente de instituições pensa logo que há uma garantia de se estar a atuar dentro da legalidade. Não é assim, não é mesmo.

Explique-me melhor como é alegadamente feita a retirada dos documentos ilegais dos processos em papel que vão ser fiscalizados pela Comissão e...

Imagine que nos documentos estão folhas escritas à mão com a lista de números de telefone. Isso era simplesmente retirado.

Contaram-me que no SIS até os relatórios internos chegaram a ser feitos em duplicado: nuns constava aquilo que era legal, noutros as informações ilegais recolhidas. Era mesmo assim?

Era mesmo. Em qualquer serviço de informações que não esteja invadido por tiques burocráticos, a informação secreta não tem carimbo nenhum. É a regra básica. Mas nós no SIS sempre tivemos uma cultura burocrática: no SIS até se criou uma coisa chamada "os memorandos", que é por definição um não documento, e que eram feitos sobre determinadas matérias [pausa], adiante. Mas depois percebeu-se no SIS que havia cada vez mais papéis daqueles sem numeração e sem controlo. E lá começaram a registá-los [risos], tratando-se de documentos que tinham tudo, até coisas ilegais.

Informações sobre políticos, sobre pessoas?

Nunca estive envolvido nisso, mas sei que no SIS havia resposta até a encomendas políticas.

Investigavam-se pessoas a pedido de políticos?

Sim, sim.

Não eram só pessoas conotadas com a extrema-esquerda?

Não, não. Aliás, alguns políticos investigados pelo SIS eram e são muito conhecidos e não pertencem seguramente às áreas políticas da extrema-esquerda e direita. Mas adiante. Depois, houve outra fase, em que os documentos passaram novamente a circular sem número dizendo que eram apenas para consumo interno, depois voltaram a ser colocados números nestes documentos, uma confusão.

Está a dizer que no SIS nunca se temeu a ação das comissões de fiscalização?

Houve um ou outro caso em que recebemos ordens para destruir documentos em papel nas trituradoras. Mas aconteceu poucas vezes. Sei de uma situação antiga que até foi caricata: quando foi nomeado diretor o procurador Daniel Sanches, houve algum medo e destruíram-se algumas coisas no SIS, por exemplo, relatórios que havia sobre ele [risos].

É verdade que os Serviços de Informações têm carros com câmaras para seguirem, filmarem e fotografarem alvos, sendo isto ilegal? Que são usadas escutas ambientais? Nos processos, isso necessita de autorização judicial. Nos Serviços, sempre entenderam que não era ilegal [risos].

Voltamos ao mesmo: a comissão de fiscalização nunca viu nada? Não, ou não quis ver. E isso contribuiu para o sentido de impunidade dos Serviços.

Hoje, a direção do SIS é composta por dois quadros operacionais. O diretor adjunto, Gil Vicente, comandou durante largos anos o setor operacional de vigilâncias do SIS, e o diretor Neiva da Cruz também montou o setor de vigilâncias do SIED, a secreta externa. Aliás, sobre este último já foram até publicadas notícias que o associaram a uma operação de vigilância de telefones de um chinês que trabalhava na Universidade de Aveiro. Esses são dois operacionais, são mesmo.

E são dois responsáveis que têm a obrigação de saber que o SIS comete ilegalidades?

Claro que sabem, eles fizeram essas ilegalidades [risos]. Mas não só eles. Por exemplo, vai-me perdoar porque não vou revelar o nome, mas até houve um diretor-geral que chegou a acompanhar no local uma ação de intrusão num escritório.

Era um magistrado?

Era do sistema judicial português [risos].

Como é sua vida aqui em casa? Está há cerca de três anos detido aqui.

Leio bastante, mas agora estou virado para o Direito e para a Filosofia do Direito. Vejo televisão, navego na internet, vou recebendo uns amigos.

E os amigos que tinha no SIS?

Afastaram-se todos. Até alguns que já estavam aposentados. Devem ter-lhes metido medo. O SIS tinha a teoria que eu montei uma rede dentro do SIS, uma loucura.